

**ATA DA 286ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 08/09/2022

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

MARIA ADENILDA MASTELARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

ADRIANA MATOS PEREIRA (TITULAR) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

CRISTOVÃO AVELINO NERY (SUPLENTE) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOYCE NÉIA DA COSTA - (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FREDERICO SOARES DE LIMA –(TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MANOEL OTAVIANO DA SILVA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

NADIR FRANCISCO DO AMARAL - (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
CARLOS MIGUEL DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
WALTER MASTELARO NETO – (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EDUARDO VICTOR FERREIRA FARIA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
MARIA IMACULADA HENRIQUE CÂNDIDO - (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ALEX RICARDO FONSECA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SUELY STRINGARI DE SOUZA- (SUPLENTE) - REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARGARETH ANDERAO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

IVALDO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Representantes do Poder Público:

MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
ANA CRISTINA NOGUEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCOS ANTÔNIO CAMPOY (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARIA GORETE FERREIRA - (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
VICTÓRIA MATOS DAS CHAGAS SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AMANDA CONEGUNDES MUCCI – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
BRENDA CRUZ DE LANA – (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VERA HELENA ALVES SANTANA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
OLGA LUISA LEON DE QUIROGA- (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
THAÍS MENDES SOUZA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EDUARDO BUENO DA FONSECA PERILLO- (TITULAR) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
JOSÉ GONZAGA DA CRUZ – (TITULAR) - REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
IVONILDES FERREIRA DA SILVA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

LAUDICEIA REIS SILVA DOS SANTOS – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FERNANDO HENRIQUE VIEIRA SANTOS – (TITULAR) - REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ELAINE DIAS VASCONCELOS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
FERNANDO MUSSA ABUJAMRA AITH – (TITULAR) – REPRESENTANTE DE UNIVERSIDADE PÚBLICA
PAULO ROBERTO MARVULLE (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CARLOS ALBERTO FERREIRA GOULART -(SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
REINALDO JOSÉ TOCCI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
ELZA DE SANTANA BRAGA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIO SANTORO JUNIOR - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA DAS DORES LIMA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DRÁUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Coordenador da Comissão Executiva do CMS-SP inicia a reunião após verificação de quórum. Cumprimenta a todos.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: faz leitura da pauta.

Aprovação das Atas da 285ª Reunião Plenária Ordinária e 4ª Reunião Plenária Extraordinária;

B - Informes da Mesa;

C- Informes dos conselheiros;

D- informes da Comissões;

E- Ordem do Dia:

- 1- PPP dos 12 hospitais municipais;
- 2- 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, Etapa da 9ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo e 17ª Conferência Nacional de Saúde;
- 3- Situação dos trabalhadores do Hospital Municipal de Vila Brasilândia.

F - Deliberações

- Aprovar a indicação de representantes para o GTEPS e também para o COAPES;
- Aprovar “Ad-Referendun” a participação de dois conselheiros, sendo um usuário e um trabalhador para participação em reunião no CAPS IJ São Mateus, em 02/09/2022;
- Aprovar a realização de pleno extra para apresentação da Portaria nº 538/2022 –

atualiza os indicadores de qualidade e institui indicadores de monitoramento para os contratos de gestão;

- Aprovar a proposta das comissões de Políticas de Saúde e de Orçamento e Finanças para análise dos instrumentos de gestão.

Pergunta se há alguma proposta de alteração de pauta.

Alexander de Carlo Freitas Navarro, Conselheiro Titular, representante das Associações de Profissionais Liberais: Solicita inclusão de pauta, tirada na reunião da Comissão de Saúde Mental cuja reunião aconteceu há alguns dias. São dois temas: Municipalização do CAPS Itapeva e Constituição do GT sobre CECCO nas deliberações.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Solicita que os informes fiquem para o final da reunião.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Solicita inversão da Ordem do Dia 1 para 3. Que o item “Situação dos trabalhadores do Hospital Municipal de Vila Brasilândia” seja o primeiro item a ser discutido.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Consulta o Pleno – Aprovada a pauta. Solicita aprovação das atas – 285ª Ordinária e 4ª Extraordinária.

Consulta o Pleno – Aprovadas.

Informa substituição do segmento gestor. Dra. Ana Cristina Nogueira no lugar de Vera Lúcia Moreno.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Cumprimenta a nova conselheira e solicita que se apresente.

Ana Cristina Nogueira, Conselheira Suplente, representante do Poder Público: Declara que é enfermeira aposentada e trabalha na Atenção Hospitalar.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa à Ordem do Dia. Situação dos Trabalhadores do Hospital de Vila Brasilândia.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Cumprimenta a todos, os convidados trabalhadores do Hospital de Brasilândia e representantes presentes. Todos viram na mídia o que está acontecendo ali, e o CMSSP não poderia se furtar a fazer essa discussão aqui. A Comissão de RH se reuniu com a Comissão de Políticas Públicas e fizeram acordo de chamar Área Técnica Hospitalar e de Contratos para

entenderem o que estava acontecendo. Demissão em massa de funcionários sem recebimentos de salários nem de verbas rescisórias. Houve trabalhadores com estabilidade que também foram demitidos. Trabalhadores que faziam parte da CIPA, trabalhadores em licença médica, gestantes, lactantes e puérperas. Chamaram áreas para saber o que havia ocorrido e quais foram as ações de SMS, quais as ferramentas de amparo a esses trabalhadores. A Comissão de Políticas vai querer saber quais instrumentos e ferramentas que a SMS cria a partir desse episódio para que não ocorra outra situação como essa. Esse pessoal não recebeu, não tem perspectiva de receber, pagar seus boletos, aluguéis, etc. Faz parte deste CMS saber a condição desses trabalhadores e quais medidas serão tomadas para que isso não se repita. Conselheiro Rubens vai falar sobre o assunto e questiona se área técnica encontra-se presente para fazer a conversa. SMS é corresponsável por esses contratos. Precisam solucionar este processo e saber as medidas que a SMS está tomando para solucionar o mais rápido possível esse problema.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Cede palavra ao Sr. Fábio Salles.

Fábio Henrique Salles, da AGP: Informa à conselheira Joyce que a reunião está sendo gravada. Cumprimenta a todos. Representa a Assessoria de Gestão Participativa, Parlamentar e Assessoria do Gabinete. Já explicou que esta é uma pauta que já está sendo acompanhada pelo Ministério Público, Ministério do Trabalho e Sindicatos de Trabalhadores. Por esses motivos a área técnica não veio ao Pleno por aguardar a determinação que está em andamento no MP e MT. Comunicamos à Comissão que estão em tratativas. Os Sindicatos estão presentes e podem falar como está sendo essa negociação, como está sendo esse diálogo juntamente com o MP e MT. Este é um espaço sim para dialogar, como a conselheira Flávia mencionou, Fica feliz em ter todos conosco hoje. A SMS não vai fechar as portas à comunicação, só está comunicando que os técnicos não comparecerão por que o processo está em andamento. Coloca-se à disposição. Este é espaço para dialogar e ouvir.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Relata que estão muito preocupados com esses acontecimentos porque entendem que isso não pode virar regra. Trabalhadores foram atingidos e temos a sensibilidade de saber os problemas que estão tendo. O CMS e essencialmente as Comissões de RH e Políticas Públicas veem com preocupação a situação, porque não estão recebendo as informações de forma concreta e direta. Precisam de informações e nada melhor do que os trabalhadores relatarem porque querem essencialmente resolver esse problema. Trata-se de uma situação bem delicada que tem envolvimento das OSS. Quem conduz toda essa conversa e negociação é a conselheira Flávia, porque é a representante dos trabalhadores aqui dentro, mas possuem uma agenda em conjunto. Depois dessa informação trazida pela gestão, sugere que ela se manifeste para dar continuidade nessa questão. Enfatiza que farão tudo o que puderem dar solução a essa questão. Querem ajudar na intermediação e fazer desse ponto uma preocupação futura. Envolve OSS, SMS e CMS. Não pode virar regra.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Já que área técnica não está presente, lamenta, porque estamos dentro do Pleno do CMS, que tem papel fiscalizador. Lamenta muito a ausência. São 2 contratos vultuosos que fragilizam muitos trabalhadores. Querem saber quais as providências vão tomar. Não podem aguardar MP e MT. Área técnica não pode se furtar a responder. Propõe ouvir os representantes dos trabalhadores e os próprios trabalhadores presentes. Há uma lista. Não se pode direcionar uma discussão que é feita no âmbito do MP somente para o MP. Estamos dentro do CMS, que é órgão fiscalizador e tem um papel. Lamenta que a área técnica não esteja aqui para que não se ouça apenas a parte do direito trabalhista, mas que possam entender o que aconteceu com esses dois contratos de grande vulto. Como se dá essa relação que permite que trabalhadores fiquem numa

situação extremamente fragilizada, sem os seus direitos assegurados e garantidos. Considera aqui o espaço adequado para ouvir os trabalhadores e saber quais as próximas providências que irão tomar. Diz ao conselheiro Rubens que não podem esperar que a área técnica fique dependendo do Ministério do Trabalho. Há outros aspectos que precisam ser discutidos.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Que o CMS faça visita oficial ao Hospital da Brasilândia. Que se tire uma comissão para realizar essa visita de forma oficial.

Silas Lauriano Neto, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Declara que considera inadmissível o que aconteceu. Concorda e corrobora com tudo o que a conselheira Flávia falou. Lamenta que Área Técnica não esteja aqui. Não houve diálogo. Falaram que as portas estavam abertas. As portas já estão fechadas. Precisamos abrir essas portas.

Convidada Ana Lúcia Firmino, com palavra cedida pelo conselheiro Manoel. É enfermeira já fez parte do CMS. Reconhece a importância do CMSSP em todo o seu trajeto. Estão tentando estender essa situação no município de São Paulo. Há dificuldades com OSS mas sempre conseguiram dialogar, ao longo desses anos a relação tem sido respeitosa. Hoje, estão representando quase 1.300 trabalhadores que foram demitidos sem receber verbas rescisórias. O problema é que há pessoas sem comida na mesa. E existe a questão de que a população da Brasilândia está sofrendo em relação aos serviços de saúde ofertados.

Este hospital foi gestado em outra gestão, inaugurado na época da pandemia, no auge da covid19. Até então, todos os profissionais de saúde eram heróis, aplaudidos nas janelas. Hoje, estão todos na rua sem suporte da municipalidade para tentar resolver a questão das verbas rescisórias. Lamenta profundamente porque a área técnica não estar aqui significa fugir de um problema que poderia ser resolvido de outra forma muito mais amigável. E isto só não está acontecendo porque os trabalhadores foram para a rua. Os trabalhadores foram para a porta da Prefeitura do Município de São Paulo e vieram para a porta da SMS reivindicar os seus direitos. Senão, hoje estaria tudo muito tranquilo e não podemos, enfatiza, deixar isso acontecer de novo na maior cidade do país. É inadmissível passar por um problema desses sem a sensibilidade da gestão em relação não só aos trabalhadores, mas aos serviços de saúde ofertados àquela população. Deixa registrada sua indignação e está acompanhando os passos juridicamente para tentar reverter isso o mais breve possível.

Convidado Jeferson (palavra cedido pelo conselheiro Valter): Agradece a oportunidade. Como presidente do SINDSAUDESP, representa trabalhadores da Brasilândia que estão envolvidos com essa OSS, profissionais de apoio, auxiliares e técnicos de enfermagem. Relata a triste notícia que receberam no dia 1º - notícia que à uma hora da manhã estavam demitindo trabalhadores por conta de uma quebra de contrato com o IABAS que noticiou demissão de funcionários. Sabem que foi feito contrato emergencial de 180 dias com OSS Saúde em Movimento. Entraram com processo no TCM pedindo que verificassem a situação do contrato. O custo é maior que o benefício. Profissionais contratados que eram capacitados, com treinamento, que não cuidaram somente da Brasilândia, mas de todo o município, levando assistência de qualidade. Não faz sentido de um dia para outro demitir 1300 funcionários que levavam serviço de qualidade num momento pandêmico. Ocorreu falta de planejamento. A demissão tem que ser digna. Cita o STF que coloca recomendação de que qualquer demissão em massa deve ser planejada junto com o sindicato.

Colocaram em reunião para o secretário que ele é corresponsável por essas demissões. Receberam salário de agosto, mas não as verbas de rescisões. Fizeram cálculo das verbas de rescisão. A estrutura da IABAS na Alameda Santos não existe mais. Pagaram até os formulários em ação conjunta com outros sindicatos. Tiveram promessa da SMS de cálculo e pagamento com uma rubrica específica para esses trabalhadores, porque se forem levar para questão judicial talvez não ocorreria. Agora há outro gargalo – trabalhadores estáveis – gestantes e cipeiros que não poderiam

ter sido demitidos – em número de mais de 60 pessoas. Acredita no CMS. Entende que nesta mesa conseguem negociação e pressionar a estrutura Os trabalhadores estão pedindo o direito deles e a sub-rogação que não houve. Essa é uma questão que é importante entender, porque a maioria é treinada, capacitada, mora na região e sabe tudo o que acontece. Declara que o que está vendo hoje é um crime à saúde pública. Fazer com que trabalhadores e usuários paguem a conta disso.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Como sindicalista que é , do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, não poderia estão aqui sem fazer intervenção nesta situação específica que é a demissão de diversos funcionários do Hospital que foram demitidos frente a essa situação estranha e inadequada. O CMS solicitou essa discussão através da conselheira Flávia .Pediram presença da área técnica para estabelecerem um diálogo e saberem os motivos dessa atitude, dessa demissão e não trabalhem com a sub-rogação direta para a nova instituição. Todo contrato de OSS conta com uma cláusula de sub-rogação numa situação como essa. Quer saber porquê a gestão não fez isso. Qual foi o motivo. . Todo o mundo sabe que a IABAS é uma organização bandida, com imensos processos no Rio de Janeiro. Ninguém sabe com quem, inclusive, eles são articulados no Rio de Janeiro. Veio para São Paulo e tem feito uma devastação nestes processos. Quando diz devastação diz devastação para os trabalhadores, porque eles não pagam. E a gestão pública é responsável também.

por este processo. Área Técnica justificou ausência na semana passada porque disse que já há processo no MP e MT. Aqui temos que fazer outra coisa. Discutir com área técnica e o GT das OSS. Começar a propor modificações nos contratos de gestão das OSS para que esta situação não se repita mais. Proposta importante, para que comecem a formular cláusulas e saia enquanto resolução deste Conselho para que este fato não se repita. Considera isso um grande absurdo. Isso acaba com a ideia, destrói a tese deste governo que disse que as OSS estão aí para melhorar a qualidade de atendimento à população e a qualidade das condições dos trabalhadores. E não é isso o que está se observando. Não é isso o que estão constatando. Estão vendo a todo momento a destruição dos trabalhadores, destruição de vínculos empregatícios e com a população e péssima qualidade de atendimento que está sendo dada pelas OSS no município de São Paulo. Há falta de médicos, enfermeiros, falta de medicamentos e de insumos. Há fila de cirurgias, de consultas com médicos especialistas. População é quem sofre, mas, sobretudo, os trabalhadores têm sofrido com essa situação que é necessário consertar.

Convidada Roberta (palavra cedida pelo conselheiro André): Trabalha no Hospital da Brasilândia. Mora a 15 minutos de lá. A maioria dos trabalhadores mora na região. Esperaram por muito tempo pela abertura do Hospital. Ele abriu com sua capacidade máxima. Aos trabalhadores deram o seu melhor. No dia 1º de agosto foram demitidos quase 1.300 pessoas. No próximo dia 10 vai fazer 40 dias que não recebem nada. Não foi paga rescisão, FGTS, nem multa de FGTS, nada. Caso não saibam, na última sexta- feira a técnica de enfermagem Jéssica se matou por desespero de causa, por não ter comida para colocar na casa dela. Há 3 gestantes com problemas. Há profissional em tratamento de câncer, a Débora que também foi mandada embora. Essas pessoas deveriam ser sub rogadas. O que está acontecendo é um absurdo. Uma falta de respeito com os trabalhadores. Aquele hospital está trabalhando nem com 20% de sua capacidade. Se forem lá, faz questão de ir junto, porque eles vão disfarçar e vão ocultar os locais que estão fechados, As UTI que estão fechadas. Tem mais de seis salas que nunca foram utilizadas para cirurgias. Então, um hospital sendo subutilizado é um desrespeito tanto para a população quanto para os profissionais. Há salas de cirurgias que nunca foram utilizadas e há pessoas esperando para fazer cirurgias. As normas e regras devem ser cumpridas. No ano passado foi demitida pela CEJAM, mas recebeu. Agora não. É profissional fisioterapeuta e enfermeira, com 22 anos de formada. Isso nuca tinha acontecido com ela. Pede que lutem por eles e pela população, porque esse hospital está sendo subutilizado. Se sabiam que a IABAS era conhecida por ser empresa safada e corrupta, por que colocaram lá dentro? Essa empresa SM também vai ter problemas, que já tem no Distrito Federal, na Bahia e vai

acontecer em São Paulo também. Cadê o governo que não sabe ver isso? Declara que sempre votou no PSDB e agora é contra porque está caindo por terra tudo aquilo que acreditava ser certo. Pede para ajudarem a resolver essa situação. Precisam comprar comida, pagar aluguel e as contas. Pede sub rogação, porque se falaram que seria 60%, então que se cumpra.

Convidado Claudio: - É usuário da região da Brasilândia. Diz que está muito assustado e decepcionado com o que está acontecendo. Um equipamento com sete andares, tido como o maior da América Latina, inaugurado como pronto-socorro há pouco. E no dia 1º de agosto foram demitidos mais de 1.100 funcionários. Existe um contrato em vigor com essa OSS que diz que eles têm que atender 12 mil pessoas/mês e hoje eles estão atendendo 200 pessoas. Esteve lá na segunda-feira em reunião com o novo diretor e ele lhe mostrou o 5º andar, com 40% de ocupação, o 6º andar, com 20%. E o dinheiro que está sendo pago para essa OSS está indo para onde, indaga. Por que os funcionários não recebem o que lhes é de direito? O que é lei? Saúde é um dever do Estado. É uma garantia para toda a população. Então, que se cumpra a lei. Nosso prefeito, Sr. Ricardo Nunes diz que não tem. Deviam atender 1.200 pessoas/mês e estão atendendo 200.

Saúde é dever do Estado. Que se cumpra a Lei.

O prefeito diz que não tem medo de tomar medidas impopulares, então, que ele apareça e não venha somente no dia da inauguração fazer uma festa com meia dúzia de vereadores covardes, que não estão do lado da população. Exige que este Conselho esteja lá. Está disposto a acompanhar quem for andar por andar e verificar os equipamentos abandonados e seus prazos de validade, as garantias. Se quebrar um equipamento que nunca foi usado, quem paga? São os municípios? Então, exige e pede que o MP entre, porque o próprio MP diz que não se consegue controlar os gastos de uma OSS. Então se joga dinheiro que é do povo e ninguém cobra nada. O prefeito falou que não tem como administrar uma OSS. Exige que seja feita a reinserção de todos os funcionários e que aquele hospital de sete andares volte a funcionar para atender a população de São Paulo.

Convidada Joseane (palavra cedida pelo conselheiro Rubens): É técnica de enfermagem, devidamente inscrita no conselho de classe. Foi dispensada no dia 1º/08. Foi surpreendida ao assinar o ponto. Sem aviso prévio. Sem e-mail. No dia 2 foi trabalhar normalmente e ninguém lhe disse nada. Subiu ao andar para atender um paciente, para quem prestou todos os cuidados, fez anotação de enfermagem. Às 1h54 da manhã, foi chamada pela supervisora e avisada que tinha sido demitida e que teria que assinar papel de dispensa e poderia ir embora. Como não havia transporte naquele horário, a supervisora sugeriu que ela esperasse o horário do ônibus começar a circular. Pergunta onde está o respeito, a compaixão. Além do que cuidou de um paciente sem ter vínculo nenhum com a empresa. Relata que paga impostos, tem boletos a pagar e pergunta cadê a resposta, cadê o governo. Cadê a Secretaria, o respeito pelo cidadão. Espera muito que tudo se resolva.

Convidada Priscila – (palavra cedida pelo conselheiro Benedito) – Também é técnica de enfermagem. Relata que foi eleita para a CIPA da IABAS – Instituto Brasil Saúde, que mudou de nome várias vezes. A cada seis meses era uma assombração, com medo de demissão. Foi comunicada de sua demissão no dia 1º de agosto. Até o momento não recebeu absolutamente nada. Sua carteira de trabalho está em aberto neste exato momento. Receberam notícia que haveria sub rogação. O prefeito prometeu a sub rogação e que neste mês haveria pagamento de salário. O médico do trabalho ficou surpreso de ver mulher com acidente com material perfuro cortante e tomando coquetel anti HIV ser demitida, e assim foram também cipeiros, gestantes, pessoas com câncer. O prefeito não responde mensagem e se existe número de processo, os funcionários não sabem o número até hoje. As contas estão vencendo, havia a promessa de pagamento de salários e não caiu. Precisam de uma solução, porque são casos específicos, casos de estabilidade. No seu caso, teria estabilidade de 20 meses, e contava com isso ao contribuir com a empresa. Não tem acesso a seguro desemprego, fundo de garantia, multa rescisória. Foram todos desligados sem

aviso prévio. Pergunta cadê a constituição. Estão rasgando? E a CLT? Pede por favor que resolvam esses casos.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Volta a pontuar quanto à ausência da SMS no Pleno, que deixa de enviar seus técnicos quando solicitados expressamente pelo Conselho. Considera, ao contrário do que sempre é alegado aqui, má vontade da SMS para dialogar, inclusive de não respeitar o CMSSP. Isso deve ser visto. Tem muito a falar, mas especialmente sobre esse caso, é preciso ver o contrato e essas questões absurdas que estão acontecendo. Acredita expressamente que fortalecer os trabalhadores, sejam da administração direta ou indireta, é um dos pilares do SUS. E a execução das políticas públicas de saúde é obrigação da SMS. Isto não está acontecendo. E o Conselho precisa atuar nisso. Propõe que esses depoimentos e que a gravação desta reunião sejam enviados ao MP solicitando esclarecimentos e ação. Voluntaria-se a participar dessa visita. Acha isso inadmissível, inaceitável. Pontua, com as devidas cautelas jurídicas e com total liberdade de se corrigir caso seja apresentada alguma informação nova. Sabe que mais de uma vez o MP recomendou que os contratos com a IABAS não sejam continuadas. O que se vê é a IABAS continuando na administração. Mais uma vez a secretaria assume contrato sem licitação com a IABAS, apesar da manifestação expressa do MP. Não sabe o que é isso além de uma irresponsabilidade do secretário. Precisam se desdobrar sobre isso. Se é permitido que as OSS atuem na saúde pública, que a SMS tenha responsabilidade sobre isso.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Com muita tristeza vê o que acontece, como conselheira municipal de saúde, ter uma pauta onde é a AGP que informa a pauta. Enfatiza que o CMS é autônomo, tem que se reportar ao secretário, aos órgãos e, tem o maior respeito pelo Fábio, mas fica triste em ter que dizer que o Conselho não está subordinado à Gestão Participativa. O Secretário deve responder, enviar documento oficial ou dispensar o setor responsável para comparecer. Fica muito triste porque a 141 criminaliza o CMS, mas também dá competências aos conselheiros para propor, acompanhar e fiscalizar. Há todas essas falas e o secretário não estar aqui nem os responsáveis. Pede ao conselheiro coordenador Gimenes que encaminhe o respeito ao CMSSP dentro de sua hierarquia.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Quer tocar em três assuntos e um deles o conselheiro Walter já trouxe muito bem esclarecido ao mencionar a ausência da área técnica. Quer complementar que já foi tratado esse assunto na reunião conjunta da Comissão de RH com a de Políticas Públicas que ocorreu no dia 24 de agosto. Área Técnica também não veio; foi prometida uma reunião antes do Pleno e ficamos esperando a área técnica se dispor a conversar com o CMSSP e representantes dos trabalhadores. Discurso de respeito ao controle social é bonito mas só discurso não basta. Tem que ter ação e o que estão vendo dessa gestão é ação zero em relação ao compartilhamento de ações e decisões com o controle social.

Outra questão é que fizeram conversa que foi gravada. Informa que a reunião de hoje não pode ser transmitida ao vivo pelas redes sociais do CMSSP, há apenas gravação interna, porém há dois vídeos sobre esse tema na página do facebook do CMSSP que merecem ser vistos e compartilhados.

O terceiro ponto é a falta de fiscalização dos contratos de gestão. Em reunião no MP, representantes da área de contratos de gestão assumiram que têm apenas a metade de funcionários necessários para fazer um controle mínimo desses contratos de gestão. Cadê o fiscal desse contrato do hospital da Brasilândia? É dinheiro público escoando para as OSS, e acha que não é somente IABAS. Essa política tem que ser reavaliada, porque o que se vê é que não funciona bem, é ruim para os trabalhadores, é ruim para os usuários e é um dinheiro público que está indo sem a fiscalização necessária ou sem fiscalização nenhuma.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Destaca que já vem tentando introduzir esta discussão há um tempo. Inclusive já falou sobre esse assunto duas vezes na Comissão de Políticas de Saúde. Considera importante ter chegado aqui agora, mesmo tendo demorado um pouco. O primeiro ponto que precisam considerar é que o Hospital da Brasilândia ficou fechado bastante tempo por conta da covid. Mesmo tendo 204 leitos, ele produziu menos atendimento do que o Hospital de Parelheiros e custava mais do que este no atendimento covid.

O Hospital da Brasilândia na covid custava 29 milhões de reais por mês. O custeio efetivo daquela unidade é 19 milhões por mês. Quando há troca da IABAS pela nova OSS, vem de um processo que ficou meio obscuro porque a SMS, através da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar fechou os processos SEI. Todos os processos SEI que tratam sobre a versação desses contratos estão fechados. Tentou acessar pela LAI e recebeu resposta que seriam procedimentos médicos. Está agora discutindo com a Comissão de Acesso à informação que procedimento médico tem num contrato que nada mais é do que a contratação de uma empresa pra prestar serviço.

Se o Hospital da Brasilândia custava 19 milhões quando era IABAS e a SMS faz um contrato com essa nova OSS por 12 milhões, significa que são 6 milhões a menos. Mas seguiu pagando quase dois anos para a IABAS desde a sua inauguração em 2020 até agora, 31/07/2022, quando foi assinado contrato essa nova OSS, 19 milhões para manutenção do hospital mais 10 milhões de incentivo covid, então a unidade custa, ou o investimento necessário para manutenção da unidade é de 19 milhões. Esse novo contrato tem 12 milhões. Do dia 31/07 que foi quando essa nova OSS, Saúde em Movimento assumiu o Hospital da Brasilândia, ela já tinha recebido 10 milhões oriundos da conta administrada pela IABAS, mais 10 milhões para pagamento de funcionários. Depois, ela recebeu 12 milhões do contrato, referente ao mês de agosto e já recebeu antecipadamente 12 milhões referentes ao mês de setembro. Ou seja, essa OSS Saúde em Movimento, nova OSS, já recebeu 50 milhões de reais em 40 dias. Há dinheiro suficiente para fazer sub rogação dos funcionários. Do ponto de vista prático, SMS cometeu meio que uma avacalhação, desculpando-se pela expressão - no sentido da efetivação da contratação. Ao passar de 19 para 12 milhões, significa que terão que cortar 6 milhões de alguma coisa. E esses 6 milhões de alguma coisa foi de trabalhadores. E não só isso, cortou a possibilidade daquela unidade de saúde de produzir saúde no território da Brasilândia. A SMS fez a opção de investir menos recurso público ali na Brasilândia. Precisam requerer da SMS que ela abra os processos SEI. Tanto os processos SEI – 6018-2022/0011215-1, 6018-2022/004972-1, 6018-2022/0005225-3 e 6018-2019/0011250-1, para que o Conselho e a sociedade saiba o que está acontecendo.

Requerer transparência necessária. Este é o fórum adequado para discutir políticas de saúde. O CMSSP tem capacidade política e técnica para discutir nesta mesa, neste CMS, todas as ações referentes à política de saúde dentro do território da cidade de São Paulo.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Reitera que a SMS, por respeito a este CMS disponibilize o acesso ao contrato de gestão do Hospital da Brasilândia. Querem entender o que foi colocado lá. Solicitam um visita oficial dos conselheiros à Unidade de Saúde.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Há situação extremamente delicada, muitas vezes são surpreendidos por ações da SMS sem passar pelo CMS. São muitas ações assim. Precisam dialogar e encontrar, mas precisam sempre cobrar a SMS. Muitas vezes sabem das coisas pelos jornais. Correm atrás do prejuízo. Essa questão da Brasilândia pegou todos de calças curtas e não tiveram resposta satisfatória até agora. Informação são precárias. Estão aqui para defender a vida. Quando solicitam há dificuldades. Estão aqui pra defender usuários e trabalhadores. Precisam mudar a prática. Exigir. Receberam a informação que essa nova OSS tem ficha corrida, não um currículo. Como é possível, como se permite que empresa assim venha para São Paulo? Extremamente complicado. Há processos contra IABAS em outros estados, mas falam que em São Paulo não há nada contra. Não entende

isso. Todas as vezes que isso acontece, propõe que se faça Pleno Extraordinário. Cita que receberam notícia também de privatização de 12 hospitais. Não será discutido hoje esse porque a gestão não vai participar. Não dá para ter contratos com bandidos. Precisam da reunião para discutir os contratos e a rede hospitalar. Encaminhar para o MP e TCM. Agora há representação da rede hospitalar no CMS, antes, chamavam a Dra. Marilande. Essa reivindicação vinha desde a gestão passada. Mas precisam realizar plenária extraordinária para discutir afundo esses temas. Isso é importante. Deixa encaminhada a proposta de discutir contratos e a rede hospitalar.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Trabalharam na COVID com medo. Vimos aqui sentados trabalhadores que foram chamados heróis de saúde, que foram aplaudidos, ficaram na linha de frente, seguraram nas mãos dos pacientes, viram os pacientes melhorar, consolaram familiares que perderam entes queridos, mas os trabalhadores não são heróis, também têm medo de adoecer, de morrer, têm atitudes heroicas. Essas pessoas não querem nada de graça, pois já trabalharam, executaram as suas tarefas e não receberam seus pagamentos. Isso implica na piora da qualidade de vida dessas pessoas. Quem trabalha na saúde não é herói, mas tem atitudes heroicas. Ao final dessa discussão, propõe que se faça 1 minuto de silêncio em memória da colega que se suicidou porque também isso é uma realidade para quem trabalha na saúde. Pede respeito aos profissionais de saúde, que estão nas UBS, nos hospitais, AMA, UPA, porque o trabalho na saúde não é como num escritório. Não estão pedindo nenhum tipo de privilégio, mas pedindo que esses profissionais tenham aquilo que por direito eles merecem e que sejam respeitados. Que o executor final da política pública da SMS, o prefeito, faça o que tiver que fazer, mas que respeite os trabalhadores, pague o que lhes deve e recomponha esses profissionais naquele hospital, porque ele vai precisar. Esses trabalhadores são de lá e conhecem a política lá dentro. É muito triste ver essas pessoas que foram chamadas de heróis receberem esse tipo de tratamento. Vai para os encaminhamentos, que pensa serem muitos. Deixa bem claro que a Comissão de RH e este CMS não recebeu nenhum documento oficial que solicitou nem a área técnica participou de nada, para poderem ouvir e dialogar, entender o que aconteceu e também oferecer propostas. Há sindicatos e conselheiros que podem oferecer propostas.

Reforça o pedido de presença da área técnica, CRS do território que tem sua responsabilidade. Que todos os processos SEI, inclusive os citados pelo conselheiro André, e documentação sejam encaminhados ao CMS. Sugere que este encaminhamento e todos os demais tirados aqui sejam assinados pela Comissão de Finanças, de Políticas Públicas e Comissão de RH.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: É desumano o que fizeram com o trabalhador, que já foi chamado de herói. Já há tanta gente perambulando pela cidade. Isso é como voltar a ser escravo novamente. É uma covardia o que a SMS fez. Que seja consignado em ata. Há dinheiro. Não falta dinheiro para dar para as OSS. Foi feita uma escolha e foi a escolha mais cruel, porque pegam trabalhador que prestaram serviço e é descartado. Pensando como ser humano, isso é muito triste. E a forma como foi relatada aqui, dá para vomitar, porque foi muito triste a forma como atuaram com esses companheiros e companheiras. Concorde que se deva constituir uma comissão para fazer visita, propõe a realização de ato realizado pelos trabalhadores de se acorrentarem aqui na porta da SMS, mobilizar quem está solidário a eles e dizer que basta. A gestão gastou mais dinheiro divulgando esse hospital do que fazer do o que deveriam. Promete apoiar a mobilização.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Ouvindo tudo o que foi relatado, considera muito desumana tanto a violação dos direitos dos trabalhadores quanto dos usuários. Desses encaminhamentos acha importante, e não sabe como está isso, até o grupo de GT de Contratos dar uma analisada também nesses contratos e o orçamento que foi realizado com esse equipamento. O CMS precisa pedir o orçamento urgente e cede parte de sua fala para a Cirlene.

Silas Lauriano Neto, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Corroborar com os encaminhamentos feitos até agora, de levantar toda a documentação, ter acesso à área técnica e CRS. Coloca-se à disposição para participar da visita ao hospital, que considera de extrema importância. Enfatiza que esse hospital é fruto de lutas de mais de 40 anos para sua construção e implementação. Considera que os números que o André aponta é um despautério, uma afronta à sociedade. Um tapa na cara da sociedade. Cinquenta milhões para uma OSS que sequer está atendendo de forma integral, é um absurdo.

Convidada Cirlene (palavra cedida por Adriana): Diz que vai repetir o que foi dito com sabedoria pelos colegas. É necessário que atitudes urgentes sejam tomadas. O respeito é importante. Vamos todos morrer por falta de respeito. A CRS Norte tem que explicar o que está acontecendo. Necessidade de atitudes urgentes. Vamos todos morrer por falta de respeito. A CRS Norte tem que receber o CMS e dar explicações e esclarecimentos do que ocorre. Explicar também porque uma pessoa sequelada de covid passa mais de três meses esperando por um exame de ressonância. A falência está em tudo. São vidas que estão indo, falta de respeito com os trabalhadores. Será que não está na hora de fazer descarte de pessoas que recebem e não fazem nada?

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Cede palavra ao Jeferson – Agradece pela oportunidade que não tiveram em todas as vezes que estiveram presentes. Fizeram ato, manifesto, mas a palavra aberta a todos, como está ocorrendo aqui, não tinha acontecido. Agradece. Esses trabalhadores foram referência no município de São Paulo, atendendo pacientes que vinham do hospital de campanha, pacientes graves iam para o Brasilândia. Até pacientes de Campo limpo iam para o Brasilândia. Os trabalhadores demitidos do Brasilândia foram ao sindicato fazer os cálculos e a maioria está com sequelas de covid e não fizeram CAT. O relato dos trabalhadores é que ficaram com sequelas de Covid, estão com problemas pulmonares e cardíacos. Estão doentes neste momento. Quem está lá ainda, está de forma irregular, por conta de uma fraude jurídica recebendo 70% a menos. E tem muitos trabalhadores sem contrato. Muitos vieram pedir ajuda com ser humano para manter vale transporte, porque nem isso a nova OSS está dando para os trabalhadores e eles estão ajudando, inclusive com cesta básica. Então, a maioria lá encontra-se com problema contratual. Abrir mão da assistência também é crime. Custo é muito maior que o benefício. O passivo trabalhista será enorme para a SMS. Quem vai pagar por isso é o dinheiro público. O contrato de gestão dessa nova OSS, que é da Bahia, é de 180 dias. E muitos dos que ficaram estão sendo demitidos. Mais um problema que a SMS terá que enfrentar. Que o Secretário respeite este Conselho que é o órgão fiscalizador.

Convidada Ana Lucia Firmino: Complementa que os trabalhadores que ficaram estão com contrato fragilizado, por 30 dias. O contrato dessa nova OSS é emergencial, de 180 dias. Sabe que muitos trabalhadores que fizeram contrato de 30 dias já foram demitidos. Mais um problema que esta secretaria vai ter que enfrentar. Pede ao secretário que venha e respeite este Conselho, que é o órgão fiscalizador do município de São Paulo.

Silas Lauriano Neto, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Relata que está em trânsito, não conseguiu ouvir todas as falas, mas corrobora com as manifestações da conselheira Flávia e Conselheiro Erivalder., no tocante à dificuldade que estão passando com as OSS e à necessidade da presença da área técnica no CMS. É morador da região da Brasilândia, que tem necessidades imensas de equipamentos de saúde. As OSS não estão atendendo das necessidades da população nem dos trabalhadores. Esta gestão tem ansia descontrolada de entrega dos equipamentos à iniciativa privada. Precisam ficar atentos à PPP dos 12 hospitais. Propõe luta no sentido de abrir concurso público para reconstrução desses profissionais. Garantia de concurso específico para o Hospital da Brasilândia com administração

direta. Onde o controle social pode efetivamente atuar. Vale a pena fazer visita e pedir diálogo com área técnica.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Traz propostas de encaminhamento.

Antes dá informe que a transmissão não será ao vivo, mas estará disponível o vídeo depois no Youtube.

Reivindicam:

- 1- Envio dos contratos com IABAS e nova OSS pela SMS ao CMS. Ninguém achou esses contratos;
- 2- Reunião Extraordinária com presença de área técnica, CRS da região , fiscal do contrato – MP, MPT;
- 3- Lê no chat pessoa que reivindica pagamento da verba rescisória dos trabalhadores que têm agonia;
- 4- Tribunal de Contas apontou a fragilidade de contratação das OSS. Propõe fazer Resolução prevendo a participação do CMS na elaboração do edital antes das contratações das OSS.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Propõe dia 13 de Setembro para realização do Pleno Extraordinário – Pauta única – “Hospital da Brasilândia”.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Considera importante a participação da CISTT.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Pessoal presente está convidado a participar.

Convidado Claudio: - Convida profissionais e população da Brasilândia a comparecer, estar aqui na porta.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita a abertura de todos os processos SEI para a população em geral, para aumentar a transparência. Além da solicitação que sejam enviados ao CMS. Aumento da transparência. Que o GT das OSS em conjunto com Finanças e RH façam estudo para propor através de Resolução – propostas para evitar que casos dessa natureza se repitam ao realizar contratos com OSS.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Propõe 1 minuto de silêncio em homenagem à trabalhadora Jéssica, que faleceu.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Após o cumprimento de um minuto de silêncio, passa ao 2º ponto de Pauta: 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, etapa da 9ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo e 17ª Conferência Nacional de Saúde.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Informa que houve reunião da Comissão Organizadora hoje pela manhã.

Eduardo Victor Ferreira Faria, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Relata que não ficou sabendo dessa reunião hoje. Não recebeu o link.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Será corrigido isso. A Conferência Municipal está prevista para acontecer nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, precedida pelas pré-conferência nas 27 STS, agendadas no período de 1º/11/2022 até 15/03/2033.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Outra questão serão as quatro subcomissões que estão sendo preenchidas. Não tiraram ainda as coordenações. Fala da importância da participação dos conselheiros.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: A comissão organizadora é composta por conselheiros da executiva e alguns convidados. Precisam de todos os conselheiros, sejam titulares ou suplentes, para participarem das subcomissões. Os conselheiros natos terão que participar de alguma pré-conferência para ser delegado na etapa municipal.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Talvez a comunicação da reunião de hoje de manhã não tenha sido efetiva. Que isso não se repita.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Esclarece que já tem alguns dias que o link foi disponibilizado por e-mail para todos os conselheiros. Teve dificuldades hoje pela manhã e não conseguiu entrar. Que os conselheiros participem das subcomissões. Estamos em construção.

Marcos Antônio Campoy, Conselheiro Titular representante do Poder Público: Comenta que Todos devem ter plataforma Teams instalado no celular, porque ela é automática. Está aprendendo por ser conselheiro novo. O Teams avisa de todas as reuniões. Acha que as comissões temáticas podem apoiar.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Tinham combinado que todas as quintas-feiras no período da manhã haveria reunião da comissão organizadora. Não conseguiu entrar a princípio e depois recebeu ajuda da conselheira Adriana e entrou. Confirma que o convite foi enviado por e-mail. Temos que ser objetivos. Hoje teria que passar pelo pleno a data, o número de participantes, pré-conferências, e as subcomissões.

Rita de Cassia Batista, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Foi contemplada pela conselheira Adenilda. Falta colocar no grupo de whatsapp do CMS.

Alexander de Carlo Freitas Navarro, Conselheiro Titular, representante das Associações de Profissionais Liberais: Solicita que sejam citadas as sub comissões.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Informa que verificou e todos receberam e-mail, inclusive quem reclamou. Podem verificar. Ninguém se esquece aqui de enviar os convites e convocações. A Conferência Municipal está prevista para acontecer nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, precedida pelas pré-conferência nas 27 STS, agendadas no período de 1º/11/2022 até 15/03/2033.

Esclarece que serão 900 participantes – 800 delegados tirados nas regiões, mais 64 conselheiros natos e 36 convidados/observadores. Realização de Plenárias livres devem ser feitas até o início das Pré-Conferências. As reuniões da Comissão Organizadora ocorrem às quintas-feiras, às 10 horas.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Cada STS terá número 200 participantes previstos para as Pré-Conferências.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Recebeu comunicação de reunião de hoje. As sub comissões são; Relatoria, infraestrutura, Comunicação e Homologação e Credenciamento. Além da Comissão Organizadora Geral. Esclarece que nunca consegue vir porque tem compromisso fixo às quintas-feiras de manhã. Nem todo o mundo consegue ver os e-mails, mas o Julio e a Denize, da secretaria Geral do CMS, têm o costume de colocar mensagens nos grupos de whatsapp, avisando sobre as reuniões. Informa que ela e o Mário, coordenadores da Comissão de Comunicação do CMS certamente farão parte da sub comissão de comunicação.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: cede palavra para Maria Macedo, que pergunta se cada STS vai poder escolher a data melhor para sua pré-conferência. Quer esclarecer que os conselheiros devem participar das pré-conferências para serem delegados natos, pela experiência que tem pelas conferências que participou. Quer saber se mudou o critério com relação a isso. O CNS precisa ter conversa com os Conselhos Municipal e Estadual antes de definir as datas.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Esclarece que o período de 11/11 até 15/03 é justamente para que as STS façam a seu tempo as pré-conferências. Conselheiros devem participar de pelo menos uma pré-conferência para participarem como delegados natos na conferência.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Que as STS não façam suas pré-conferências num dia só. Coloca em regime de votação este formato e as datas.

Eduardo Victor Ferreira Faria, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Ele e a conselheira Imaculada têm problema de chegar às reuniões em cima da hora por conta de transporte. Que fique gravado.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Esclarece que vários conselheiros não manifestaram desejo de participar da Comissão Organizadora. Envia a convocação para os membros da comissão Executiva, que fazem parte, e para quem se inscreveu. Pergunta se podem aprovar todas as propostas apresentadas.

Frederico Soares de Lima, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Precisam fazer valer o tema proposto para a 17ª Conferência Nacional de Saúde que é a Defesa da Democracia. Que cada região se organize para atingir essa discussão com o maior número de pessoas. Propõe usar o Fórum da região sudeste. E que cada região também se organize nesse sentido.

Maria das Dores Lima Soares, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Pergunta sobre a previsão de entrega do documento norteador. Fala ao Fred que estão com reunião do fórum marcada para o dia 15 já com essa pauta no intuito de organizar mesmo.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Até amanhã o CNS vai disponibilizar o documento norteador. Até 13/05 e CES vai entregar o seu.

Suely Stringari de Souza, Conselheira Suplente representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Pergunta sobre as conferências livres.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Essa questão podia ser levada à Comissão Organizadora.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Em regime de votação – Aprovada a 21º Conferência Municipal de Saúde de São Paulo – vamos começar a trabalhar.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Pergunta sobre as datas das consolidações dos documentos. Até que os territórios podem encaminhar.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Esclarece que há prazo de 1 mês para consolidação das propostas advindas.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa à ordem do Dia: - PPP dos 12 hospitais municipais.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Receberam a informação da gestão de que não seria possível fazer a apresentação hoje, visto que foi colocada a alegação de que além de ser extensa a pauta, não haveria tempo hábil para a apresentação. Propõe a realização de reunião plenária extraordinária para discutir as PPP. Considera de extrema importância porque as informações que possuem são extra oficiais, obtidas por notícias de jornais. Parabeniza a iniciativa da gestão por estar aqui a nova conselheira Ana, que é da área hospitalar. Desde o mandato passado estávamos solicitando uma representante da área. Foi solicitado adiamento dessa questão. Há proposta de extraordinária para discutir esse tema. Precisam ter discussão exclusiva sobre determinados assuntos. Conhecer profundamente. A conselheira Ana estará preparada para isso. Propõe também convidar a Dra. Marilande.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Lembra a todos que essa pauta já foi reduzida na Comissão Executiva para possibilitar a discussão da PPP neste Pleno. Parece que os envelopes serão abertos. Serão usados 7 milhões do orçamento da SMS para a contratação de empresa que vai fazer estudo da PPP. Dia 12 serão abertos os envelopes para essa licitação. Quer entender qual a justificativa da área técnica não estar aqui presente para explicar e discutir essa PPP.

Fábio Salles, da AGP: cedida palavra pela Rita – Explica que estava programada a presença de técnico aqui, porém mas surgiu compromisso na Câmara Municipal e o Ivan Cáceres, que viria neste Conselho, teve que se ausentar. Está de acordo com Rubens de fazer reunião extraordinária ou levar para alguma comissão. É uma pauta em que a gestão trará alguém para prestar esclarecimentos. A justificativa da ausência foi de ocorrer reunião no mesmo horário do técnico que estaria aqui.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Estão ouvindo falar de milhões. Acha que está na hora de encaminhar isso para a comissão de Orçamento e finanças ou até mesmo a um Pleno. Precisam analisar a execução orçamentária aqui em São Paulo, especialmente em relação aos gastos das OSS. Considera interessante um pleno com transmissão ao vivo para a SMS apresentar gastos com OSS em comparação com outros

investimentos. Quem está vendo isso já percebeu que as OSS já consumiram 3/4 do orçamento do ano todo. Muito preocupante.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Concorde com a Flávia, porque a Comissão Executiva tem que trazer ao Pleno algo que esteja alinhado. Não dá para trazer uma proposta de marcar outra reunião. Concorde com Débora que a COFIN precisa se debruçar sobre a execução orçamentária e sobre qualidade do gasto. Essa discussão precisa ser feita. Se o investimento resultou naquilo que era o propósito dele. Com relação às PPP, acha que a área deve vir ao Conselho dizer de onde vai tirar os 7 milhões para viabilizar estudo, mas quais serão as unidades, quais as garantias, qual a forma de gestão. Pede ao Fábio Salles da AGP que leve à SMS, ASPLAN, etc. que precisam rediscutir o PMS no que se refere à Atenção Hospitalar.

A SMS não veio aqui discutir com o CMS a redefinição nem a revisão do Plano Municipal de Saúde – PMS há um conjunto de ações que vão gerando um mal estar que precisam discutir. Este é o fórum adequado para se discutir políticas de saúde. Discorda às vezes de toda a hora provocar o MP, mas a gestão também precisa ter maturidade para trazer a discussão aqui. Para a gente discutir uma política de saúde que seja boa para todo o mundo. Precisam ter assumidos. O Ivan tem que ter a perspectiva que alguém tem que vir aqui. A repactuação do PMS precisa acontecer e precisam ter instrumento único que compreenda todas as propostas da gestão e do CMS. No final, quem sai prejudicada é a população que precisa ser atendida.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala do papel dos conselheiros. É preciso respeitar o regimento. O papel da Executiva, do gestor e do Pleno. Precisam pensar na política. Não faz parte da executiva e pensou que esse tema seria discutido hoje, porque não consta dos planos. Reforça o que disseram os conselheiros André e Débora, que temos que debruçar sobre os gastos, preocupados com a qualidade de atenção, principalmente diante dessas portarias, da governança, da 333 e da 358.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Pediram o documento técnico que justifica a decisão política de entregar 12c hospitais para PPP. Pediram com antecedência para analisarem e formularem perguntas. Não entregaram. Isso não está acontecendo somente com esse documento. É muito ruim quando se tem um compromisso com o Conselho e prefira ir para a Câmara, que não envie alguém da sua equipe para cá cumprir a função. Este Pleno se reúne uma vez por mês. Tudo isso faz pensar que haja um Plano Municipal paralelo do qual o Conselho não participou e é o que está sendo implementado, sem a nossa participação. A gente não quer trabalhar com fato consumado, mas interferir na política que está sendo feita, porque não tem participação social, a gente não sabe quais são as garantias. Se fizermos discussão depois do dia 12/09 estaremos diante de fato consumado. A relação entre público e privado nas políticas públicas prejudica sempre o público. Teremos hospitais públicos gerenciados por empresa privada. A que custo? A que preço? Quem vai aferir a qualidade? Se a gente não discutir com a gestão a respeito do que foi pactuado, porque isso foi decidido na Comissão Executiva. Se já sabiam que não viriam, avisassem com antecedência ou enviassem os documentos, porque se os documentos tivessem sido encaminhados, estaríamos fazendo a discussão sem a área técnica.

Há impedimento de leitura dos documentos e da possibilidade de discussão. Sente-se extremamente ofendida, desrespeitada. O CMS é deliberativo, fiscalizador não pode se transformar em mero observador. Protesta, acha um absurdo com este Conselho que está aqui de maneira legítima. Não vai se dobrar. Não vai deixar de representar seu segmento, seus pares por qualquer manobra da gestão para impedir que se discuta a política pública da cidade de São Paulo.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Lamenta que mais uma vez o presidente age em desrespeito ao CMS. Precisam buscar algum

mecanismo de sanção, de punição porque o presidente do conselho atua em completo desrespeito ao próprio Conselho. Fica feliz com as palavras da conselheira Flávia. O CMS está sendo desrespeitado pela gestão, que não está cumprindo com a sua função constitucional. Que o CMS peça à ASPLAN a apresentação imediata do planejamento do orçamento do próximo ano.

Marcos Antônio Campoy, Conselheiro Titular representante do Poder Público:

É conselheiro novo e está tentando compreender o funcionamento. Como coordenador de uma das comissões temáticas, entende que as políticas públicas são discutidas em várias comissões e que os temas mais fortemente impactantes são trazidas ao Pleno. Com relação às PPP, pensa que nas diversas comissões do CMS possam construir um caminho que seja levado ao Pleno. Pensa em fazer acréscimo de pautas nas comissões. Talvez seja menos desgastante. Coloca como sugestão. Relata que ficou comovido com os relatos que ouviu hoje.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste:

la perguntar se esse tema foi discutido na Comissão de Urgência/Emergência e o conselheiro Marcos acabou se manifestando. A pauta foi trazida para o Pleno e foi aprovada para ser feita a discussão. E agora não está presente a área técnica. Gostaria de colocar aqui quem é de fato o responsável por esta SMS. Quem é o gestor? Este é um ponto, inclusive é o presidente deste Conselho. E qual a posição deste Conselho, inclusive, que em outros mandatos conseguiu até tirar secretários? Quando houve questões que responsabilizavam o secretário. É uma questão que nós, enquanto conselheiros e na defesa da política pública de saúde, sabermos de fato o que estamos fazendo aqui. Este é um ponto, porque somos cobrados pela ponta, pela base. Foram escolhidos pela base para estarem aqui. Uma grande responsabilidade. Outra questão que coloca, é a questão da urgência/emergência, porque várias regiões estão com problemas. Está chamando à nossa responsabilidade, a nossa esfera que estamos representando. É muito sério porque quando falam em violação, está falando em violação de direitos, e a garantia de ter essa a, muito menos com a saúde pública.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:

Depois que Flávia falou, fica difícil, porque a fala foi bem completa. Concorda plenamente. Chama a atenção quando o Bresser Pereira fez pela primeira vez o projeto das OSS. Foi no governo FHC. Hoje, o Bresser Pereira é contra.

Diz que se arrepende até hoje de ter feito essa legislação. Fez curso de gestão e o Bresser era professor. A Saúde é exclusiva do Estado. O Supremo derrubou isso aqui. Os interesses pessoais no caso das OSS estão aí – A SPDM é a 2ª maior empresa capitalista do Brasil. Ninguém sabe quanto ganha a direção. A maioria é do PC do B. Sabe o nome de cada um. É muito dinheiro. E os interesses são muitos. Isso se refere às OSS. Imaginem a PPP, que não possui legislação específica de que não pode ter lucro. E lucro na área da saúde significa redução de qualidade de atendimento. Menos investimento. Quais os parâmetros estabelecidos para esses contratos com PPP na área da saúde? Conversou em Brasília com o Francisco Fúncia sobre as PPP em São Paulo e ele se surpreendeu. Pensa em convidar o Fúncia no dia em que for discutida essa questão.

Esteve na Espanha e foi visitar as PPP espanholas. A lei da Espanha é só para atividades meio, não para atividades fim. Lá, a iniciativa privada constrói o hospital e tem 30 anos de exploração de atividade meio, podendo ser renovado, só que a atividade fim é do Estado. O Estado é quem contrata, quem administra. Essa é a diferença. Jamais farão isso aqui, porque nem legislação específica para isso existe. Precisam saber desses contratos. Propõe convidar o Francisco Fúncia para discutir questões dessa natureza. Precisam fazer extraordinária, solicitar oficialmente, não mais através do companheiro Fábio, assinado pelas comissões solicitando contratos, quais são os parâmetros para fazer este tipo de ação na área da saúde.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste:

Pergunta se há inocentes aqui. Há falta de memória, porque no ano passado, em

reunião executiva, proposta dele, de revisão da presidência do CMS. Fundamental porque está muito claro que está errado isso. Não se trata de ser contra o secretário, é falta de visão, porque se não mudarem isso, não conseguirão fazer muita coisa.

Falta de visão nossa. Várias vezes tanto o atual quanto o adjunto disseram que viriam aqui em todas as nossas reuniões plenárias. Foi dito aqui. Não foi cobrado. Esse é um erro fundamental. Deveriam cobrar essas questões. Muitas vezes as áreas técnicas se apresentam aqui e nós não entendemos nada. E precisamos chamar reuniões específicas para determinados assuntos. Temos aqui pessoas com visão ampla dentro do processo de saúde do município. Já participou de reunião na região da Lapa com representantes de OSS e conseguiu obter resposta. Temos capacidade de realizar um bom trabalho aqui, de literalmente enquadrar o governo, mas se torna mais difícil com a questão já concluída. Lembra do que aconteceu com as AMA em 2020. Estavam fechando 108 AMA e soubemos depois. Neste caso dos hospitais, se o governo fugir à regra novamente, temos que agir.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Lembra de resolução 453 – diretriz 4ª diz que os documentos devem chegar com 10 dias de antecedência. O regimento deste Conselho fala em 7 dias. É preciso resolver as questões entre os conselheiros de todos os segmentos. Avançar nas questões. Não olhar para trás. Todos somos dependentes do SUS. Todos os conhecem como Benê da Saúde. mas tem conselheiro não sabe onde fica o CMS.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Em nenhuma comissão foi discutida a PPP – Souberam pela mídia. A partir da mídia trouxeram a discussão para cá. Edital será dia 12/09.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Já tem extraordinária para questão da Brasilândia. Teríamos que chamar nova Reunião Extraordinária para discutir PPP.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Propõe a deliberação que a partir de hoje, o Júlio officie a solicitação dos documentos.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Sugere data indicativa para fazer os convites.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Sugere dia 20/09 – sujeita a alteração. Data indicativa. Soube que dia 20 há reunião da Comissão da Pessoa Idosa. Sugere então dia 22 como data indicativa para a 6ª Extraordinária, solicitando documentos necessários como sugere a conselheira Adenilda.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Sente resistência da gestão em dialogar com o CMS, apesar de alegar que está aberta ao diálogo. Propõe solicitar a documentação e fazer discussão na Comissão de Orçamento.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Solicitamos a documentação e discutimos na Comissão de Orçamento e Finanças.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Pergunta o que se faz se não ocorrer a abertura de envelopes dia 12/09.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: A gestão precisa discutir essa questão com o Conselho. Existe resolução que qualquer entrega de equipamento precisa ser apresentada ao CMS.

Alexander de Carlo Freitas Navarro, Conselheiro Titular, representante das Associações de Profissionais Liberais: Inclusão de Pauta – Municipalização do CAPS Itapeva. Já passou pelo CES. É o único CAPS da cidade com administração do Estado. Os demais são da prefeitura. É o primeiro CAPS de São Paulo, de 1987. Depois de muita discussão, passou pela Bipartite, mas precisa ser aprovada a municipalização pelos plenos dos Conselhos. Passou na Comissão de Saúde Mental do Estado, passou também na Comissão de saúde mental do CMS, e precisam aprovar no Pleno a municipalização do CAPS que hoje é administrado pelo Estado por meio da SPDM, mas tem alguns funcionários do Estado.. Solicita a aprovação.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Foi amplamente discutido na Comissão de Saúde Mental e todos sabem da importância da municipalização. Sugere aprovação e solicitação do plano de trabalho da municipalização. O projeto da municipalização.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Tem questão no ponto de saúde mental – quer saber se municipalizando será passado para OSS. Seria AFNE – da região do Centro. Parece que já está sob administração de OSS da SPDM. Diz que as OSS não estão atuando bem com saúde mental. Aprovava a municipalização se fosse para a administração direta. Precisam discutir e analisar.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O CMS pode aprovar que o equipamento faça parte da Atenção Psicossocial da Cidade. Considera importante ter uma rede unificada sob uma mesma gestão. Precisam saber como será a previsão de gastos, gestão, etc. A Comissão de Saúde Mental pode se aprofundar nessa questão. Precisam saber se a SMS tem a intenção de absorver mais um serviço.

Convidado Jorge Kayano (palavra cedida pela conselheira Adriana Ramos): - O processo de municipalização do Estado para Município foi negociado na década de 90. O Estado se prontificou a cofinanciar o processo de municipalização. No caso específico do CAPS Itapeva concorda com o Alexander, na aprovação com o princípio que seja pela municipalização. O pessoal do Itapeva quer ser municipalizado na tentativa de não caírem em OSS.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acha que é necessária discussão mais ampla. O CMS deveria ter recebido documentação anterior.

Maria Adenilda Mastelaro, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Foi encaminhamento da Comissão de Saúde Mental.

Rita de Cassia Batista, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Cede palavra ao Fábio: - Como o conselheiro Alexander trouxe essa questão verbalmente, solicita que seja encaminhado ao Gabinete, solicitando informações sobre o assunto, que também desconhecia até o presente momento.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Está sentindo um pouco de falta de informação por parte da área técnica da SMS. Propõe trazer de volta no próximo Pleno com presença da área técnica de Saúde Mental. Pergunta se há prazo.

Alexander de Carlo Freitas Navarro, Conselheiro Titular, representante das Associações de Profissionais Liberais: Essa discussão passou pela Comissão Bipartite. O CES pediu para aprovar no município. Foi discutido com área técnica.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Não chegou nada por escrito ainda ao CMS. Precisam encaminhar o que o CES quer para análise.

Fábio Salles, da AGP: Há técnicos que acompanham Saúde Mental. A Comissão pode solicitar orientação. Mas precisam que a Comissão de Saúde Mental solicite ao Gabinete informação sobre essa questão.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa às deliberações.

1- Aprovar a indicação de representantes para o GTEPS e também para o COAPES: Conselheiros Fred e Eivalder;

2- Aprovar “Ad-Referendun” a participação de dois conselheiros, sendo um usuário e um trabalhador para participação em reunião no CAPS IJ São Mateus, em 02/09/2022: Conselheiros Fred e Rita compareceram;

3- Pleno Extra para Portaria 538/2022 – indicadores de qualidade e monitoramento: aprovado sem data marcada;

4 -Aprovar a proposta das Comissões de Políticas de Saúde e de Orçamento e Finanças para análise dos instrumentos de gestão : aprovada.

Com todas as deliberações aprovadas, encerra a reunião agradecendo a participação de todos – 18h10.